

Introdução

O Grupo de Trabalho Transversal Transparência foi formado a partir do desafio apresentado no Workshop Executivo de Líder para Líder da Controladoria Geral do Município (CGM), que levantou a questão de “Quais ações a CGM pode desenvolver para contribuir com a melhoria da transparência na PCRJ?”. O GTT Transparência reuniu, então, cinco líderes que se sentiram instigados pelo desafio.

A ferramenta essencial para a transparência pública é, hoje, a Internet, sendo a apresentação dos dados na web tema de legislação federal e municipal.

Este relatório tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada e as sugestões realizadas à CGM, em cumprimento do objetivo do GTT, que contribuam para a melhoria da Transparência Ativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

1 – Relação dos aspectos obrigatórios de transparência, sobre a ótica da legislação e avaliação dos sites de transparência do Município do Rio de Janeiro.

Cada componente do grupo ficou com a incumbência de estudar os principais aspectos das legislações relacionados a transparência governamental:

- ✓ Constituição Federal de 1988 - art. 5º e 37;
- ✓ Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- ✓ Lei Complementar nº 131/2009 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000;
- ✓ Decreto Federal nº 7.185/2010 - Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle;
- ✓ Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação);
- ✓ Decreto Municipal nº 35.606/2012 - Regula, em âmbito municipal, a Lei de Acesso a Informações.

Em seguida os integrantes do grupo realizaram uma avaliação crítica inicial sobre os sites de transparência do município do Rio de Janeiro – Transparência Carioca e RioTransparente.

Nesta etapa a intenção foi desenvolver o conhecimento dos integrantes do grupo em relação aos aspectos legais obrigatórios referentes a transparência governamental, visando verificar de que forma se efetiva ou não o cumprimento dos aspectos legais da transparência governamental no Município do Rio de Janeiro.

2 – Avaliação dos sites de transparência de outros entes governamentais

Os integrantes do grupo tiveram a incumbência de avaliar os sites de pelo menos três entes federativos diferentes, tanto em relação aos aspectos legais, quanto aos demais temas relacionados a transparência, sendo que, para a seleção dos entes a serem analisados pelo grupo, foram considerados os seguintes aspectos:

1º - Municípios – mesmo padrão de informação que o Rio de Janeiro deveria apresentar;

2º - Ter sido bem pontuado por entidades avaliadoras, sendo consideradas as seguintes avaliações: ENCCCLA e FGV-SP (2015), Contas Abertas e INESC (2014), e EThos (2013).

3º - Seleção Aleatória de alguns entes federativos.

Após esta definição foram eleitos os seguintes entes para análise pelo grupo, além dos portais do Rio de Janeiro:

1. Apiúna
2. Barueri
3. Belém
4. Curitiba
5. Florianópolis
6. Fortaleza
7. João Pessoa
8. Manaus
9. Maceió
10. Natal
11. Niterói
12. Porto Alegre
13. Recife
14. Salvador
15. Santo André
16. São Gonçalo
17. São Paulo
18. Vitória

Por fim, optou-se por verificar também 3 estados dentre os melhores ranqueados por uma entidade avaliadora e ainda o DF que teve seu portal reformulado no exercício de 2015. Foram eles:

19. Espírito Santo;
20. Pernambuco;
21. São Paulo; e
22. Distrito Federal.

Destaca-se que as informações referente a esses portais foi levantada entre maio e julho/2015, exceto referente ao DF que foi levantada no 2º semestre/2015.

3 – Parecer dos aspectos considerados relevantes por entidades avaliadoras

Com o crescente interesse do cidadão, suportado pela disseminação do acesso à Internet, a oferta de transparência da gestão pública ganha extraordinária importância. Diversas entidades se mobilizam para avaliar os sites preparados pelos órgãos públicos para apresentação dos dados de sua gestão. Foram pesquisadas pelo GTT Transparência as seguintes entidades avaliadoras:

- ENCCLA (MP e outros entes)
- FGV-SP
- Associação Contas Abertas
- INESC
- Instituto Ethos

Nesta etapa buscou-se identificar a partir das avaliações realizadas:

- a) os critérios de avaliação utilizados;
- b) os itens em que os melhores classificados ganharam nota máxima, por critério;
- c) caso existisse algum critério em que os primeiros classificados não tenham pontuado, qual teve nota máxima por critério, entre os demais municípios, realizando a mesma avaliação.

Destaca-se que o levantamento das informações referentes a essas avaliações foi realizada pelo grupo, entre julho e agosto/2015 e, que não foi considerada a avaliação Escala Brasil Transparente realizada pela CGU, por ser direcionada a Transparência Passiva.

3.1 – ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - Ranking nacional dos Portais de Transparência (2015)

A ENCLLA surgiu a partir de uma associação formada por diversos órgãos de controle e supervisão (Ministério Público, CGU, TCU, STN, CVM, COAF, SUSEP, BACEN, ABIN, AGU, FEBRABAN etc.).

Inicialmente, foi realizada avaliação dos municípios do Estado do RJ (e mais o próprio Estado do RJ), tendo, por escopo, aspectos referentes a Transparência Ativa (8), a Transparência Passiva, considerada a partir da TA (6); e as Boas Práticas (2).

Relatório GTT - Transparência Ativa

FUNDADO
JoãoGoulart

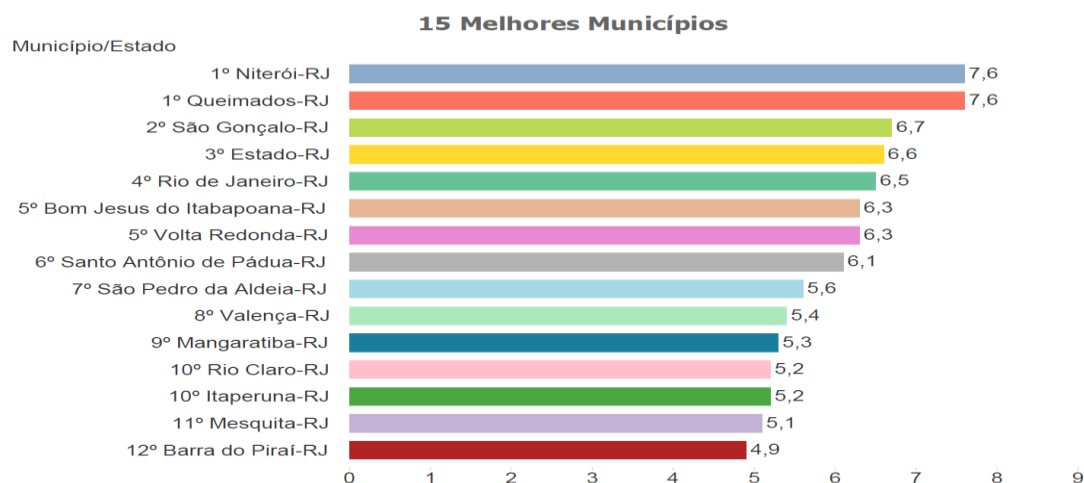


3.1.1 – Aspectos Avaliados

PONTO AVALIADO	FUNDAMENTO	RESPOSTA	PONTOS	%	PONTOS AVALIAÇÃO	NOTA AVALIAÇÃO
1 - O ente possui informações sobre Transparência na internet?	(Art. 48, II, da LC 101/00; Art. 8º, §2º, da Lei 12.527/11)	SIM	2	2%	2	0,2
2 - O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)	SIM	2	2%	2	0,2
3 - O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	(Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma prática de transparência.)	SIM	2	2%	2	0,2
RECEITA						
4 - Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado?	(art. 48-A, Inciso II, da LC 101/00; art. 7º, Inciso II, do Decreto 7.185/10) - NÃO HAVENDO ALGUM DOS REFERIDOS ATRIBUTOS, CONSIDERAR NÃO.	SIM	10	10%	10	1
DESPESA						
5- As despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo:	(Art. 7º, Inc. I, alíneas "a" e "d", do Decreto nº 7.185/2010)					
Valor do empenho		SIM	4	4%	4	0,4
Valor da liquidação		SIM	3	3%	3	0,3
Valor do Pagamento		SIM	4	4%	4	0,4
Favorecido		SIM	4	4%	4	0,4
LICITAÇÕES E CONTRATOS						
6 - O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo:	(Art. 8º, §1º Inc. IV, da Lei 12.527/2011)					
Íntegra dos editais de licitação		SIM	4	4%	4	0,4
Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)		SIM	3	3%	3	0,3
Contratos na íntegra		SIM	3	3%	3	0,3
7 - O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses?	(Art. 8º, §1º Inc. IV, da Lei 12.527/2011 e Art. 7º, Inc. I, alínea e, do Decreto nº 7.185/2010) - RESPONDER SIM A TODOS OS ITENS SE TIVER EDITAL NA ÍNTEGRA (QUESTÃO 6)					
Modalidade		SIM	1	1%	1	0,1
Data		SIM	1	1%	1	0,1
Valor		SIM	1	1%	1	0,1
Número/ano do edital		SIM	1	1%	1	0,1
Objeto		SIM	1	1%	1	0,1
RELATÓRIOS						
8 - O site apresenta:	(Art. 48, caput, da LC 101/00; Art. 30, III, da Lei 12.527/11)					
A prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior		SIM	2	2%	2	0,2
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses		SIM	3	3%	3	0,3
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses		SIM	3	3%	3	0,3
Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes		SIM	2	2%	2	0,2
TRANSPARÊNCIA PASSIVA						
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC e e-SIC						
9 - possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial. Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico?	Inciso I, Art. 9º, Lei 12527/11	SIM	1	1%	1	0,1
Há indicação do órgão		SIM	1	1%	1	0,1
Há indicação de endereço		SIM	1	1%	1	0,1
Há indicação de telefone		SIM	1	1%	1	0,1
Há indicação dos horários de funcionamento		SIM	1	1%	1	0,1
10 - Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (E-SIC)?	(Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11)	SIM	10	10%	10	1
11 - Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	(Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011)	SIM	8	8%	8	0,8
12 - Para fazer a solicitação, é exigido pelo menos um dos seguintes itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	(Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11)	NÃO	5	5%	5	0,5
DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO						
13 - No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma prática de transparência.)	SIM	1	1%	1	0,1
14 - O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma prática de transparência.)	SIM	2	2%	2	0,2
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA						
15 - Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência.	SIM	8	8%	8	0,8
16 - Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem?	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência.	SIM	5	5%	5	0,5
TOTAL						10

Obs.: As questões relacionadas às Boas Práticas foram consideradas para o ranqueamento.

3.1.2 – Ranking Apurado



3.1.3 – Considerações sobre a Pontuação do Rio de Janeiro e dos primeiros classificados

Estão relacionadas a seguir as questões nas quais o Rio de Janeiro não pontuou e a situação dos municípios melhores avaliados nesses mesmos quesitos:

“4 - Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado?”

- Rio de Janeiro (não pontuou) – objeto de contestação, o Transparência Carioca direciona para o RioTransparente que apresenta estas informações; *
- Os três primeiros classificados pontuaram, destacando-se que:
 - Queimados – permite selecionar: órgão, período, valor maior/menor/igual a, fonte de recursos (descrição). Apresenta dados desde 2010.
 - São Gonçalo – a consulta direciona para um sistema SIAP e-gov. Permite selecionar: mês, ano e nível da conta. Apresenta Previsão e Arrecadação, desde 2007.

“8 - O site apresenta: Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos últimos 6 meses?”

- Rio de Janeiro – objeto de contestação pelo Município, uma vez que o Transparência Carioca apresenta link para estas informações;
- Os três primeiros classificados pontuaram, destacando-se que:
 - Queimados – permite selecionar arquivos STN ou tipo de Declaração (desde 2003);
 - São Gonçalo – direciona para o site do TCE-RJ, no qual é possível selecionar o município e ano para consulta, sendo apresentados todos os anexos RREO e RGF, ordenados por mês.

“9 – (a) Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico? (b) Há indicação do órgão? (c) Há indicação de endereço? (d) Há indicação de telefone? (e) Há indicação dos horários de funcionamento?”

Rio de Janeiro não apresenta, mas não pontuou apenas nos itens “a” e “e”. Niterói não pontuou apenas no quesito referente a indicação de órgão. São Gonçalo e Queimados obtiveram pontuação máximo nestes quesitos.

Destaca-se que Queimados apresenta ao final da tela inicial: SIC-digital (CNPJ/CPF e senha), SIC-físico (endereço, telefone, horário, email e responsáveis); Perguntas frequentes – LAI; Formulários – Pedido de Informação, Recurso, Reclamação; Lei e Cartilha LAI.

“15 – Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?”

Rio de Janeiro não apresenta, assim como Queimados e São Gonçalo, mas Niterói pontuou.

“16 – Há divulgação de diárias e passagens, por nome de favorecido, constando data, destino, cargo e motivo da viagem?”

Rio de Janeiro não apresenta, assim como Queimados e São Gonçalo, mas Niterói pontuou.

Obs.: Em função das questões 4 e 8, que foram objeto de contestação, a avaliação do Rio de Janeiro, teria 1,3 acrescido à nota final, entretanto analisando as notas de Niterói, Queimados e São Gonçalo, também foram encontradas divergências entre as informações contidas nos arquivos “Relação de Respostas” e “Métrica Enclla”, que também teriam suas notas alteradas.

3.2 – FGV-SP em parceria com a Associação Nacional de Procuradores Municipais – ANPM (2015) - Projeto *Transparência e Cidadania Fiscal dos Municípios*

A Fundação Getúlio Vargas – SP apresentou em maio de 2015 a proposta de um estudo que tem como objetivo avaliar a qualidade de informações prestadas pelo Poder Público à população.

Segundo a instituição, o projeto pretende apurar como as informações de natureza fiscal são disponibilizadas pelos Fiscos municipais aos cidadãos.

Embora ainda em andamento, considerou-se relevante incluir esta pesquisa neste relatório pelo renome da instituição que a realiza e pela metodologia adotada, um possível e bem atual exemplo para futuras avaliações.

Na etapa inicial, a primeira aferição foi quanto ao índice de transparência de Santo André - SP. 38,5% foi o índice de aprovação em Transparência e Cidadania Fiscal dos Municípios, acima da média nacional na qualidade da divulgação de dados internos da administração pública.

Relatório GTT - Transparência Ativa

FUNDACÃO
JoãoGoulart



Em seguida, foi conduzido um estudo piloto em relação a Barueri (SP), em maio de 2015, em que 5 critérios de avaliação foram levados em consideração: Administração Fiscal; Contencioso Administrativo Fiscal; Gasto Público; Cidadania Fiscal; e Ambiente de Negócios. Para cada um desses critérios foi conferida pontuação pelo Conselho Deliberativo da pesquisa. O resultado de 38% de Barueri foi bem próximo ao de Santo André (SP).

3.2.1 – Aspectos Avaliados

Tabela de Critérios - Transparência e Cidadania Fiscal dos Municípios				
Critérios	Administração Fiscal	Contencioso Administrativo Fiscal	Gasto Público	Cidadania Fiscal
Critério 1	Consultas Tributárias (20 pontos)	Autos de Infração Impugnados (20 pontos)	Relatório da Dívida Pública (20 pontos)	Relatório de Execução Orçamentária (20 pontos)
Critério 2	Legislação Fiscal (20 pontos)	Decisões de 1ª Instância (20 pontos)	Relatório de Gastos com Licitações e Contratos Públicos (20 pontos)	Relatório de Gastos com Saúde (20 pontos)
Critério 3	Relatório de Arrecadação (20 pontos)	Decisões de 2ª Instância (20 pontos)	Relatório de Remuneração dos Membros do Executivo e Legislativo (20 pontos)	Relatório de Gastos com Educação (20 pontos)
Critério 4	Relatório de Desonerações Fiscais (20 pontos)	Andamentos Processuais (20 pontos)	Relatório de Transferências Obrigatórias e Voluntárias (20 pontos)	Relatório de Gastos com Habitação no Município (20 pontos)
Critério 5	Relatório de Tramitação Processual e Inscrição em Dívida Ativa (20 pontos)	Composição dos Órgãos Julgadores e Pautas de Julgamento (20 pontos)	Relatório de Gastos com Infraestrutura e Administração do Município (20 pontos)	Relatório de Precatórios (20 pontos)
	Total: 100 pontos	Total: 100 pontos	Total : 100 pontos	Total : 100 pontos

Resultado apurado na análise do site de transparência e Ouvidoria de Barueri (SP):

Tabela de Critérios - Transparência e Cidadania Fiscal dos Municípios AFERIÇÃO BARUERI ABRIL/2015					
Critérios	Administração Fiscal	Contencioso Administrativo Fiscal	Gasto Público	Cidadania Fiscal	Ambiente de Negócios
Critério 1	Consultas Tributárias	Autos de Infração Impugnados	Relatório da Dívida Pública	Relatório de Execução Orçamentária	Relatório de Concessão de Alvarás e realização de Georreferenciamento
	Pontuação 0/20	Pontuação 0/20	Pontuação 20/20	Pontuação 20/20	Pontuação 0/20
Critério 2	Legislação Fiscal	Decisões de 1ª Instância	Relatório de Gastos com Licitações e Contratos Públicos	Relatório de Gastos com Saúde	Relatório de Gestão das Secretarias Municipais (abertura, fechamento), Convênios (entraves)
	Pontuação 20/20	Pontuação 0/20	Pontuação 0/20	Pontuação 20/20	Pontuação 5/20
Critério 3	Relatório de Arrecadação	Decisões de 2ª Instância	Relatório de Remuneração dos Membros do Executivo e Legislativo	Relatório de Gastos com Educação	Relatório de Mobilidade dos Membros do Executivo e Legislativo (cargos permanentes e comissionados)
	Pontuação 10/20	Pontuação 0/20	Pontuação 0/20	Pontuação 20/20	Pontuação 0/20
Critério 4	Relatório de Desonerações Fiscais	Andamentos Processuais	Relatório de Transferências Obrigatórias e Voluntárias	Relatório de Gastos com Habitação no Município	Relatório de Gestão da Lei de Acesso à Informação e da Ouvidoria do Município
	Pontuação 5/20	Pontuação 0/20	Pontuação 20/20	Pontuação 20/20	Pontuação 10/20
Critério 5	Relatório de Tramitação Processual e Inscrição em Dívida Ativa	Composição dos Órgãos Julgadores e Pautas de Julgamento	Relatório de Gastos com Infraestrutura e Administração do Município	Relatório de Precatórios	Relatórios de Projetos de Novos Negócios, Educação Fiscal e Participação Social (Interface com o cidadão)
	Pontuação 0/20	Pontuação 0/20	Pontuação 20/20	Pontuação 0/20	Pontuação 0/20
Resultados	Total: 35 pontos	Total: 0 pontos	Total : 60 pontos	Total : 80 pontos	Total: 15 Pontos
			Total final: 190/500		

3.2.2 – Ranking Apurado

A análise está em andamento, prevista para terminar em abril de 2016 e inclui os portais da web dos municípios do *Índice Endeavor Brasil**¹ de cidades empreendedoras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Vitória.

Além disso, entram na análise mais 5 cidades da zona metropolitana paulistana além de Barueri: Louveira, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Do Estado do Rio de Janeiro só está incluído o município de Niterói. O objetivo é o de conhecer a prática da transparência dos municípios do interior do Brasil e compará-los com o desempenho das capitais empreendedoras do estudo Endeavor, pois são reconhecidamente 18 engajados em projetos de transparência de dados e informações aos cidadãos e, portanto, merecem ser avaliados e, se for o caso, referenciados como Municípios modelo de “boas práticas”.

O item em que Barueri ganhou maior nota por critério foi no Eixo 3, Gasto Público. Talvez porque que possa ser uma maneira de se proteger o prefeito e sua gestão. O desempenho de foi positivo, principalmente na composição do eixo Gasto Público e Cidadania Fiscal, onde tirou, respectivamente, 60 e 80 (do total de 100 pontos). Barueri disponibiliza competentemente todas informações, sugere-se apenas uma interface mais amigável. A pesquisa aponta como um problema de transparência dos portais de grande parte dos municípios do interior e zona metropolitana o critério Contencioso Administrativo Fiscal, no qual Barueri nem pontuou. Houve ainda avaliação insatisfatória nos quesitos Administração Fiscal e Ambiente de Negócios, demonstrando que essas informações ainda são pouco divulgadas aos cidadãos.

*¹ **Endeavor** Organização que identifica e viabiliza a continuidade sustentada dos negócios de empreendedores de alto potencial de crescimento, criando exemplos inspiradores de sucesso e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

3.3 – Associação Contas Abertas (2014)

A Associação Contas Abertas é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, jornalistas, bem como quaisquer interessados em contribuir para o aprimoramento do dispêndio público, notadamente quanto à qualidade, à prioridade e à legalidade.

3.3.1 – Aspectos Avaliados

a) Conteúdo - a disponibilização de todas as fases da execução orçamentária, das classificações orçamentárias, e informações sobre as licitações, empenhos, ordens bancárias, convênios, receitas e beneficiários dos pagamentos;

- Etapas da execução orçamentária: dotação inicial, autorizado, empenhado, liquidado, pago, restos a pagar pagos, total desembolsado e restos a pagar a pagar;
- Classificação orçamentária: institucional, funcional programática, natureza da despesa e detalhamento de pessoal e encargos sociais (nome do funcionário, vínculo, cargo, remuneração e todas as informações vinculadas);
- Nota de empenho e ordem bancária;
- Beneficiário do pagamento e informações agregadas;
- Procedimento licitatório, contratos e convênios;
- Receita e patrimônio;
- Leis, Relatórios Orçamentários e Outros Poderes.

b) **Série Histórica e Frequência de atualização;**

- Série histórica: 4 a 10 anos;
- Periodicidade de atualização dos dados.

c) **Usabilidade**, avaliando-se a interação com os usuários e as facilidades de acessos.

- Interação: manual de navegação, perguntas frequentes, glossário, fale conosco;
- Possibilidade e formato de download;
- Delimitação temporal das consultas;
- Disposição e visualização do conteúdo;
- Presença ou ausência de formulário de consulta;
- Quantidade de formulários e de cliques para acesso ao formulário principal;
- Gráficos;
- Acesso conforme modelo: www.transparencia.uf.gov.br ou www.transparencia.cidade.uf.gov.br.

Cálculo da nota final

A partir da somatória da pontuação de cada subitem dos três componentes, Conteúdo, Séries Históricas e Usabilidade, teremos as seguintes ponderações máximas:

C= Conteúdo, cuja pontuação máxima = 55% do total

SH = Séries Históricas, cuja pontuação máxima = 5% do total

U = Usabilidade, cuja pontuação máxima = 40% do total

$C_{máx} + SH_{máx} + U_{máx} = 100%$ ou, em termos absolutos, $C_{max} + SH_{max} + U_{max} = 1$

3.3.2 – Ranking Apurado

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA 2014					
Posição	Cidades	Nota	Conteúdo	S.Hist./Atual.	Usabilidade
1	Recife	8,70	8,73	10,00	8,50
2	Vitória	7,61	7,73	7,20	7,50
3	São Paulo	7,14	7,13	8,80	6,95
4	Curitiba	6,74	6,69	8,80	6,55
5	Belo Horizonte	5,50	6,62	7,20	3,75
6	João Pessoa	5,50	5,45	8,00	5,25
7	Natal	5,48	5,89	10,00	4,35
8	Fortaleza	5,31	6,20	7,20	3,85
9	Florianópolis	5,24	5,78	10,00	3,90
10	Maceió	5,09	4,93	10,00	4,70
11	Porto Velho	5,00	6,91	7,20	2,10
12	Palmas	4,97	4,78	10,00	4,60
13	Salvador	4,96	4,95	7,20	4,70
14	Belém	4,85	6,31	9,20	2,30
15	Porto Alegre	4,82	7,31	7,20	1,10
16	Boa Vista	4,81	4,78	6,00	4,70
17	Manaus	4,52	4,15	7,20	3,80
18	Cuiabá	3,92	5,56	7,20	1,25
19	Macapá	3,92	4,22	9,20	2,85
20	Rio Branco	3,27	3,84	2,40	2,60
21	Rio de Janeiro	3,18	4,15	8,80	1,15
22	Teresina	2,93	4,45	2,40	0,90
23	Goiânia	2,81	3,51	1,20	2,05
24	São Luís	2,75	3,40	3,20	1,80
25	Campo Grande	2,70	2,73	0,00	3,00
26	Aracaju	1,36	3,27	6,00	0,00
MÉDIA GERAL		4,73	5,36	6,98	3,62

3.3.3 – Considerações sobre a Pontuação do Rio de Janeiro e dos primeiros classificados

Recife – 1º Ranking (Nota: 8,70)

USABILIDADE – 85% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação com o internauta, o portal possui todos os itens;
- De todas as consultas disponíveis, o portal possibilita o download de todas as pesquisas;
- Quanto à delimitação temporal das consultas, o portal permite ao usuário escolher a data de início e fim da pesquisa;
- O conteúdo não se encontra em um único site, mas existe link na página principal para as informações disponibilizadas em outros sites;

- É necessário acessar apenas um formulário para se obter as informações disponíveis de receita e despesa em HTML;
- O formulário mais completo em relação ao cruzamento de dados possibilita o usuário escolher o período entre datas, o órgão e a unidade orçamentária, a etapa de execução orçamentária, detalhamentos da natureza de despesa e da classificação funcional programática e a fonte de recurso;
- É necessário apenas um clique para o usuário chegar ao formulário mais completo;
- Apresenta gráficos interativos em relação a despesa e a receita e se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 100% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de mais de dez anos e a atualização da despesa é feita diariamente.

CONTEÚDO – 87% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária em sistema informatizado, o portal informa a maior parte das etapas, faltando apenas o Restos a Pagar a Pagar;
- Quanto à classificação orçamentária, o portal apresenta todas as informações requeridas pelo Índice de Transparência;
- O portal não apresenta todos os dados a respeito dos servidores da prefeitura;
- O portal detalha totalmente os empenhos e os gastos;
- O portal possui lista completa dos credores da Prefeitura;
- Em informações sobre procedimento licitatório, o portal disponibiliza a maior parte das informações requeridas pelo Índice, faltando apenas o Programa de Trabalho para a execução do contrato, a natureza de despesa do gasto e o empenho;
- O portal possui todas informações sobre convênios celebrados e todos os dados exigidos para receita;
- O portal disponibiliza as leis orçamentárias atualizadas, e os relatórios da lei de responsabilidade fiscal;
- Apresenta informações sobre o patrimônio do município e é possível obter informações sobre a Transparência dos outros poderes a nível municipal.

Vitória - 2º Ranking (Nota: 7,61)

USABILIDADE – 75% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação com o internauta faltam itens como o glossário interativo, as perguntas frequentes (FAQ) e um Manual de Navegação;
- O portal possibilita o download de todas as pesquisas de consultas realizadas, tanto de receita como despesa;
- O portal permite ao usuário escolher a data de início e fim da pesquisa;
- O conteúdo do portal encontra-se em mais de um site, porém com link no site principal;
- É preciso acessar três formulários para se obter todas as informações disponíveis de receita e despesa estão em HTML ;
- O formulário mais completo possibilita o usuário escolher o período, o ano, o mês, o órgão, a unidade orçamentária, especificar algum beneficiário, a classificação funcional programática, o detalhamento da natureza de despesa e a fonte de recursos. Os resultados são valores consolidados nas etapas de Empenho, Liquidado e Pago;
- É necessário apenas um clique para o usuário chegar ao formulário mais completo;
- O portal apresenta gráficos interativos e se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 72% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de cinco anos e a atualização da despesa é feita diariamente.

CONTEÚDO – 77% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária, faltam informações sistematizadas sobre os valores Pagos adicionados dos Restos a Pagar Pagos;
- Quanto à classificação orçamentária, carece apenas da informação sobre o subtítulo (localizador do gasto);
- O portal apresenta informações a respeito dos servidores da Prefeitura com todas as informações vinculadas;
- O portal detalha totalmente os empenhos e os gastos;
- O portal possui lista completa dos credores da Prefeitura;

- Em informações sobre procedimento licitatório, falta apenas o Programa de Trabalho para a execução do contrato;
- Sobre convênios celebrados pela Prefeitura, carece de dados sobre os responsáveis convenientes e concedentes, a justificativa e a situação do convênio;
- Não é possível organizar as informações de despesa por órgão;
- O portal disponibiliza as leis orçamentárias e os relatórios da lei de responsabilidade fiscal atualizados. Não há o PPA atualizado na íntegra;
- Apresenta dados sobre o patrimônio, dividido por bens móveis e imóveis;
- É possível obter informações sobre a Transparência dos outros poderes a nível municipal.

São Paulo - 3º Ranking (Nota: 7,14)

USABILIDADE – 69% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação falta o item glossário interativo;
- O portal possibilita o download de todas as pesquisas de consultas realizadas;
- Quanto à delimitação temporal das consultas, o portal permite ao usuário escolher a data de início e fim da pesquisa;
- O conteúdo do portal encontra-se em mais de um site, porém com link no site principal;
- É preciso acessar um formulário para se obter todas as informações disponíveis de receita e despesa que estão em HTML;
- O formulário mais completo possibilita o usuário escolher o período (ano, mês), o órgão, a unidade orçamentária, detalhamento da natureza de despesa e da classificação funcional programática além da fonte de recursos. Os resultados são valores consolidados nas etapas de execução orçamentária;
- É necessário apenas um clique para o usuário chegar ao formulário mais completo;
- O portal apresenta gráficos interativos;
- O portal não se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 88% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de sete anos, desde 2008 e a atualização é feita diariamente.

CONTEÚDO – 71% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária faltam informações sobre Restos a Pagar Pagos. Restos a Pagar a Pagar e Total Desembolsado (valores Pagos adicionados dos Restos a Pagar Pagos);
- Quanto à classificação orçamentária, o portal apresenta todas as informações requeridas pelo Índice de Transparência;
- O portal apresenta informações a respeito dos servidores da Prefeitura de forma vinculada;
- O portal detalha quase totalmente os empenhos e os gastos, faltando apenas o número da OB, mas com informações revelando detalhes dos serviços ou materiais comprados pela administração pública ou sobre o repasse financeiro/pagamento;
- O portal possui lista limitada dos credores da Prefeitura, com a restrição de digitar o nome/razão social ou CPF/CNPJ;
- Em informações sobre procedimento licitatório, o portal disponibiliza boa parte das informações sobre editais, faltando apenas o Programa de Trabalho para a execução do contrato, a natureza da despesa e o empenho do gasto;
- O portal possui quase todas as informações sobre convênios, faltando apenas a situação do convênio e os valores de transferência e contrapartida;
- Possui todos os dados exigidos para receita;
- O portal disponibiliza as leis orçamentárias atualizadas, assim como os relatórios da lei de responsabilidade fiscal;
- Não apresenta dados sobre o patrimônio;
- É possível obter informações sobre a Transparência do Poder Legislativo.

Curitiba - 4º Ranking (Nota: 6,74)

USABILIDADE – 65% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação o portal possui todos os itens;
- De todas as consultas disponíveis, o portal possibilita o download de todas as pesquisas de consultas realizadas, tanto de receita como despesa;

- Quanto à delimitação temporal das consultas, o Portal permite ao usuário escolher apenas uma data de consulta, uma opção de mensal ou acumulado ao ano. Assim, algumas formas avaliadas não são atendidas: Bimestral, Trimestral e Semestral;
- O conteúdo do portal disponível encontra-se em mais de um site nas informações sobre licitações, porém com link no site principal;
- É preciso um formulário para se obter as informações disponíveis de receita e despesa que estão em HTML;
- É necessário apenas um clique para o usuário chegar ao formulário mais completo;
- Não apresenta gráficos relacionados à despesa;
- O portal se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 88% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de sete anos, desde 2008, e a atualização da execução orçamentária é feita diariamente.

CONTEÚDO – 66% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária faltam informações sobre os Restos a Pagar Pagos e Total Desembolsado (valores Pagos adicionados dos Restos a Pagar Pagos);
- Quanto à classificação orçamentária, não há informações sobre o subtítulo (localizador do gasto) de cada despesa;
- O portal apresenta todas as informações a respeito dos servidores da Prefeitura;
- O portal detalha quase totalmente os empenhos e os gastos. Faltam o número do pagamento, a data do pagamento e a descrição/observação, que revela detalhes dos serviços ou materiais comprados pela administração pública ou detalhes sobre o repasse financeiro/pagamento;
- O portal possui lista limitada dos credores da Prefeitura, com restrições de organização por órgão;
- Em informações sobre procedimento licitatório, o portal disponibiliza parte das informações requeridas pelo Índice. Não há informações sobre contratos;
- O portal possui parte das informações sobre convênios celebrados pela Prefeitura. Faltam informações mais detalhadas como os responsáveis conveniente e concedente, as datas de publicação e celebração do contrato de repasse, justificativa e a situação do convênio;

- Possui todos os dados exigidos para receita;
- O portal disponibiliza as leis orçamentárias atualizadas, assim como os relatórios da lei de responsabilidade fiscal;
- Apresenta informações sobre o patrimônio;
- É possível obter informações apenas sobre a Transparência do Legislativo. Não há informações sobre a Transparência do Tribunal de Contas.

Belo Horizonte - 5º Ranking (Nota: 5,50)

USABILIDADE – 37% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação com o internauta, falta apenas o glossário interativo;
- O portal não possibilita o download de nenhuma pesquisa em nenhum formato (arquivo texto ou banco de dados – Webservice);
- Quanto à delimitação temporal, o portal permite escolher a data de início e fim da pesquisa com período máximo de 90 dias. Faltam informações de despesa por forma Semestral e Anual (acumulado);
- O conteúdo não se encontra em um único site, mas existe link na página principal para as informações disponibilizadas em outros portais;
- As informações disponíveis de receita e despesa não estão em HTML. Encontram-se em PDF, sendo necessário acessar um formulário para se obter as informações disponíveis no portal;
- O formulário mais completo possibilita o usuário escolher o período entre datas, o órgão, o grupo de natureza de despesa e também permite especificar dados sobre um fornecedor, com CNPJ ou nome, sendo necessário apenas um clique para o usuário chegar ao formulário mais completo;
- Apresenta gráficos não interativos relacionados à despesa de 2014;
- O portal se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 72% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de cinco anos, desde 2010, e a atualização da despesa (execução orçamentária) é feita diariamente.

CONTEÚDO – 66% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária, faltam informações sobre Dotação Inicial, Dotação Autorizada, Restos a Pagar Pagos, Restos a Pagar a Pagar e Total Desembolsado (valores Pagos adicionados dos Restos a Pagar Pagos);
- Quanto à classificação orçamentária, o portal apresenta a maior parte das informações requeridas pelo Índice de Transparência. O portal apresenta parte dos dados relacionados à Natureza das Despesas, entretanto carece da categoria econômica e a modalidade de aplicação;
- O portal apresenta parte das informações a respeito dos servidores da prefeitura, faltando disponibilizar, essas informações pelo nome de cada funcionário;
- O portal detalha quase totalmente os empenhos e os gastos. Falta apenas a observação, que revela detalhes dos serviços ou materiais comprados pela administração pública ou detalhes sobre o repasse financeiro/pagamento;
- O portal possui lista completa dos credores da Prefeitura. Em informações sobre procedimento licitatório, o portal disponibiliza o download na íntegra dos editais, sem a necessidade de cadastro;
- O usuário pode pesquisar os Contratos feitos por uma limitação temporal e por Unidade Orçamentária, onde é possível encontrar quase todos os dados de Contrato, faltando apenas o Programa de Trabalho para execução do serviço/compra do produto;
- O portal possui grande parte das informações sobre convênios. Faltam dados mais detalhados como o responsável concedente, a data de publicação e a situação do convênio;
- Possui todos os dados exigidos para receita;
- O portal disponibiliza as leis orçamentárias atualizadas, assim como os relatórios da lei de responsabilidade fiscal;
- Apresenta informações sobre o patrimônio;
- É possível obter informações sobre a Transparência dos outros poderes a nível municipal.

Rio de Janeiro - 21º Ranking (Nota: 3,18)

USABILIDADE – 11% da pontuação máxima

- Dos critérios exigidos para a interação, faltam o glossário interativo e um canal de Fale Conosco por telefone;
- De todas as consultas disponíveis, o portal possibilita o download de todas as pesquisas de consultas realizadas, tanto de receita como despesa;
- O conteúdo do portal disponível encontra-se em mais de um site (Execução Orçamentária em Rio Transparente), porém com link no site principal;
- Quanto à delimitação temporal das consultas, o portal principal permite ao usuário apenas a opção acumulada do ano;
- Nem todas as informações disponíveis de receita e despesa estão em HTML, sendo necessário o download de arquivos em PDF;
- O portal não possui um formulário de pesquisa que permita um cruzamento de dados;
- O portal apresenta gráficos não interativos;
- O portal não se enquadra no padrão ideal de URL.

SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO – 88% da pontuação máxima

- O portal disponibiliza dados sobre despesas com série histórica de sete anos, desde 2008; e a atualização da despesa (execução orçamentária) é feita diariamente.

CONTEÚDO – 41% da pontuação máxima

- Das etapas de execução orçamentária, o portal não apresenta informações sistematizadas sobre Restos a Pagar Pagos e Restos a Pagar a Pagar;
- Quanto à classificação orçamentária, o portal apresenta a maior parte das informações requeridas pelo Índice de Transparência. Não há informações sobre a função e a subfunção. O portal carece ainda de apresentar a categoria econômica;
- O portal apresenta parte dos dados a respeito dos servidores da prefeitura. Não há informações como os nomes dos servidores, seus vínculos empregatícios e a remuneração detalhada;
- O portal detalha parte dos empenhos e os gastos. Não apresenta as informações exigidas para as Notas de Empenho – NE. Porém, o site oferece quase todas os dados da etapa seguinte à NE, as Ordens Bancárias – OB, faltando apenas a descrição/observação, que

revela detalhes dos serviços/materiais comprados ou sobre o repasse financeiro/pagamento;

- O portal possui lista individual dos credores da Prefeitura, porém, o usuário só consegue ter acesso a quem efetuou pagamentos com a restrição de digitar o nome/razão social ou CNPJ;
- Em informações sobre procedimento licitatório, o portal disponibiliza maior parte das informações requeridas pelo Índice. É possível fazer o download da íntegra dos editais, mediante cadastro. Nas licitações já realizadas, não é possível achar dados ou lances das empresas concorrentes. O usuário consegue pesquisar os contratos realizados, com a maior parte das informações, faltando a data de publicação, o Programa de Trabalho para a execução do contrato, a natureza e o empenho do gasto;
- O portal não possui informações sobre convênios celebrados pela Prefeitura;
- Possui todos os dados exigidos para receita;
- O portal disponibiliza os relatórios da lei de responsabilidade fiscal atualizados. Porém, as leis orçamentárias (LOA, LDO, PPA) se encontram todas sem atualização;
- Não apresenta informações sobre o patrimônio;
- Não é possível obter informações sobre a Transparência dos outros poderes a nível municipal (Tribunal de Contas e Legislativo).

Após a análise dos critérios dos cinco municípios mais pontuados e realizando uma comparabilidade com o Município do Rio de Janeiro, faz-se necessárias algumas considerações:

- ✓ Em duas cidades (Vitória e Recife) mais pontuadas existe um tópico para acesso ao tema "precatórios" e lista de "desapropriações realizadas";
- ✓ Em quatro cidades (Recife, Vitória, Curitiba e São Paulo) mais pontuadas existe um tópico para acesso ao tema chamado LAI - Acesso à Informação, onde é possível solicitar dados com base na Lei de Acesso à Informação;
- ✓ Em duas cidades (Vitória e São Paulo) mais pontuadas existe um tópico para acesso ao PPA com uma subdivisão chamada Programas. Além dos dados, é possível ter uma lista com todas as ações do Programa e acesso ao plano de metas;
- ✓ Em duas cidades (Vitória e São Paulo) mais pontuadas e no Rio de Janeiro, o portal oferece opções de acessibilidade, como o aumento da letra para quem tem dificuldades de visão, e a opção de Contraste das cores para daltônico;

- ✓ Em relação a baixa pontuação do Rio de Janeiro a entidade avaliadora aponta:
 - Há existência de mais de um portal para se obter todas as informações de transparência do Rio de Janeiro, o que torna muito difícil a pesquisa de dados por um usuário, já que ficam divididas entre os portais, e que apresentam layout diferenciados: Transparência Carioca (informações mais gerais, como LAI, legislação, orçamento, dados da cidade, informações sobre servidores, e etc., sendo que as consultas se materializam através de links para outros portais, ou com documentos apresentados como imagem e não há opção de acessibilidade); o Rio Transparente (acompanhamento de execução orçamentária, oferece opções de acessibilidade); Transparência Olímpica e Cidade Olímpica (detalhes sobre a execução orçamentária do município especificamente para as Olimpíadas e outros dados);
 - A falta, na ocasião da avaliação, de um Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para o atendimento a requisições. (Transparência Passiva);
 - A necessidade de se permitir ao cidadão marcar como favorito qualquer página com conteúdo de seu interesse;
 - A falta de informações dos convênios celebrados entre os municípios e as entidades da sociedade civil;
 - A ausência de ferramenta de busca para despesas (São Luís, Cuiabá, Teresina, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Aracaju).

3.4 – INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos (2014)

Avaliação dos websites de transparência orçamentária nacionais e sub-nacionais. É uma pesquisa de caráter exploratório, buscando contribuir para aumentar o conhecimento sobre dados abertos no Brasil. Está dividida em duas etapas, uma quantitativa e outra qualitativa. Apresentamos a seguir resultados da etapa quantitativa, que teve por objetivo mensurar o alcance das regras impostas pela nova legislação a partir da avaliação de 27 websites da transparência das capitais e dois de nível federal.

3.4.1 - Aspectos Avaliados

Foram considerados oito princípios do Open Government Data (Open Knowledge Foundation, 2011) para estabelecimento dos critérios dos portais:

Completos: Todos os dados públicos são disponibilizados. Para pontuar, o site deveria apresentar os grupos receitas e despesas de execução orçamentária. Conforme a pesquisa apenas o portal da Prefeitura de Manaus não atendeu a esse quesito.

Primários: Dados devem ser publicados de forma não agregada ou transformada. Para pontuar o site deveria conter os quinze campos previstos no Decreto 7.185/2010.

Atuais: Dados devem ser disponibilizados o quanto rapidamente possível. Para pontuar o site deveria apresentar receitas e despesas atualizadas em no mínimo um dia útil. Apenas as Prefeituras de Palmas, Maceió, Boa Vista, Florianópolis e Macapá pontuaram.

Acessíveis: Dados devem ser disponibilizados para o público mais amplo possível. Para pontuar o site não deveria apresentar erros tipo P1 segundo a classificação do ASES (programa do Governo Federal para avaliação de acessibilidade de sítios: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/ases-avaliador-e-simulador-de-acessibilidade-sitios>). Apenas as Prefeituras de São Luís e Curitiba pontuaram.

Processáveis: Dados devem permitir o processamento automático por máquina. Pontuação depende da possibilidade de fazer *download* de dados em diferentes formatos de arquivos. Metade dos sites pesquisados pontuaram neste quesito.

Acesso não discriminatório: Dados devem estar disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro. Pontua o site que não requerer nenhuma informação do usuário para fornecer os dados. Todos pontuaram neste quesito.

Formatos não proprietários: Dados devem estar disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo. Pontua se dados estiverem em formato aberto. Apenas três Prefeituras pontuaram neste quesito.

Livres de licenças: Os dados não devem estar sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Pontuariam os sites que declararam explicitamente a liberdade de uso dos dados. Neste quesito, nenhum site pontuou.

3.4.2 – Ranking Apurado

Posição	Ente da federação	TOTAL
1ª	Prefeitura do Rio de Janeiro	6
	Prefeitura de São Luis	6
	Prefeitura de João Pessoa	6
2ª	Controladoria Geral da União	5
	Prefeitura de Teresina	5
	Senado Federal	5
3ª	Prefeitura de Palmas	4
	Prefeitura de Maceió	4
	Prefeitura de Curitiba	4
4ª	Prefeitura de Salvador	3
	Prefeitura de São Paulo	3
	Prefeitura de Boa Vista	3
	Prefeitura de Recife	3
	Prefeitura de Belém	3
	Prefeitura de Florianópolis	3
	Prefeitura de Macapá	3
	Prefeitura de Fortaleza	2
5ª	Prefeitura de Porto Alegre	2
	Prefeitura de Cuiabá	2
	Governo do Distrito Federal	2
	Prefeitura de Vitória	2
	Prefeitura de Goiânia	2
	Prefeitura de Porto Velho	2
	Prefeitura de Belo Horizonte	2
	Prefeitura de Natal	2
6ª	Prefeitura de Aracajú	2
	Prefeitura de Campo Grande	2
	Prefeitura de Rio Branco	2
	Prefeitura de Manaus	1

3.4.3 – Considerações sobre a Pontuação do Rio de Janeiro e dos primeiros classificados

O sítio de transparência da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ficou na primeira colocação do ranking do INESC, empatado com os das Prefeituras de São Luís e João Pessoa, entretanto, os quesitos nos quais a PCRJ teve baixa avaliação foram os seguintes:

Primariedade: a pesquisa indicou a ausência da informação “nº do processo” (INESC, p.41);

Atualidade: a pesquisa indicou que não há informação suficiente sobre a atualidade dos dados;

Acessibilidade: identificação de erros tipo P1, conforme o sistema ASES (erros de *design* de página que impedem o acesso à informação por portadores de necessidades especiais (INESC, p.45);

Independência de licença: não foi identificada a declaração explícita relativa à liberdade de uso dos dados.

Pode-se destacar como quesitos nos quais a PCRJ se destacou a completude e a processabilidade dos dados.

Tabela 1. Ranking dos Portais de Transparência

Posição	Ente da federação	TOTAL	Completo	Primário	Atual	Acessível	Processável	Não discriminatório	Não proprietário	Licença livre
1ª	Prefeitura do Rio de Janeiro	6	1	-	-	-	3	1	1	-
	Prefeitura de São Luis	6	1	-	-	1	2	1	1	-
	Prefeitura de João Pessoa	6	1	-	-	-	3	1	1	-
2ª	Controladoria Geral da União	5	1	-	-	-	2	1	1	-
	Prefeitura de Teresina	5	1	-	-	-	2	1	1	-
	Senado Federal	5	1	-	-	-	2	1	1	-
3ª	Prefeitura de Palmas	4	1	-	1	-	1	1	-	-
	Prefeitura de Maceió	4	1	-	1	-	1	1	-	-
	Prefeitura de Curitiba	4	1	-	-	1	1	1	-	-
4ª	Prefeitura de Salvador	3	1	-	-	-	1	1	-	-
	Prefeitura de São Paulo	3	1	-	-	-	1	1	-	-
	Prefeitura de Boa Vista	3	1	-	1	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Recife	3	1	-	-	-	1	1	-	-
	Prefeitura de Belém	3	1	-	-	-	1	1	-	-
	Prefeitura de Florianópolis	3	1	-	1	-	-	1	-	-
5ª	Prefeitura de Macapá	3	1	-	1	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Fortaleza	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Porto Alegre	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Cuiabá	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Governo do Distrito Federal	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Vitória	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Goiânia	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Porto Velho	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Belo Horizonte	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Natal	2	1	-	-	-	-	1	-	-
6ª	Prefeitura de Aracaju	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Campo Grande	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Rio Branco	2	1	-	-	-	-	1	-	-
	Prefeitura de Manaus	1	-	-	-	-	-	1	-	-

Fonte e Elaboração: Gpapai/Usp, 2014.

Cabe destacar que a preocupação do INESC quanto à Acessibilidade ganha suporte em iniciativas do governo federal, que disponibiliza o Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES)¹ e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

O ASES é uma ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, sendo de grande valia para os desenvolvedores e publicadores de conteúdo. Para os usuários brasileiros o programa é distribuído de forma gratuita sob licença LGPL - GNU Lesser General Public License. Já o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para o processo de acessibilidade dos sítios e portais; este conjunto foi formulado para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na Internet a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas possível.

Para garantir a todos o acesso ao conteúdo de uma página web é necessário que a página tenha sido desenvolvida de acordo com as melhores práticas de programação web assim como tenha seguido as recomendações de acessibilidade do eMAG. Algumas delas:

- ✓ Ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação;
- ✓ Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo;
- ✓ Não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário;
- ✓ Disponibilizar todas as funções da página via teclado;

¹ <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/ases-avaliador-e-simulador-de-acessibilidade-sitios>

- ✓ Não incluir situações com intermitência de tela;
- ✓ Oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano;
- ✓ Não utilizar apenas cor ou outras características sensoriais para diferenciar elementos;
- ✓ Permitir redimensionamento sem perda de funcionalidade;
- ✓ Fornecer alternativa para vídeo (além de alternativa em texto e legenda, é desejável que os vídeos com áudio apresentem alternativa na Língua Brasileira de Sinais);
- ✓ Barra de acessibilidade e página de descrição com os recursos de acessibilidade (ex.: as teclas de atalho disponíveis, opções de alto contraste, detalhes sobre testes de acessibilidade realizados e outras informações pertinentes).

3.5 – Instituto Ethos – Projeto Jogos Limpos (2013)

O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Com o Projeto Jogos Limpos o instituto busca acordos com empresas, compromissos de transparência entre governantes e oferecerá ferramentas para ações coletivas de vigilância, monitoramento e controle social sobre os investimentos destinados à Copa do Mundo de 2014, às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

3.5.1 – Aspectos Avaliados

- Conteúdo (Geral, Compra/Contrato/Obra e Orçamento/Execução);
- Canais de informação (Internet, SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, Telefone);
- Canais de participação (Audiência Pública e Ouvidoria).

3.5.2 – Ranking Apurado

CIDADE	ÍNDICE	
Brasília	77,26	Alta
Porto Alegre	71,03	Alta
Belo Horizonte	70,33	Alta
Rio de Janeiro	50,37	Média
Cuiabá	49,08	Média
Curitiba	45,87	Média
São Paulo	38,15	Baixa
Recife	35,55	Baixa
Manaus	25,18	Baixa
Fortaleza	23,24	Baixa
Salvador	19,48	Muito Baixa
Natal	12,21	Muito Baixa

3.5.3 – Considerações sobre a Pontuação do Rio de Janeiro e dos primeiros classificados

O Rio de Janeiro não atendeu as seguintes questões:

1	Contém um plano geral, com a apresentação de todos os projetos, ações, iniciativas?	0,6
2	Contém toda a legislação aplicável à Copa do Mundo 2014 ?	0,5
3	Contém a relação de obras, compras e contratos em andamento?	0,6
4	Contém “Páginas amarelas” – nome, cargo e contato de todos os responsáveis?	0,5
5	Contém os editais de licitação completos?	0,2
6	Contém relação das impugnações e recursos apresentadas aos editais e decisões?	0
7	Contém os resultados da sessão de licitação?	0
8	Contém as justificativas de desclassificações e inabilitações?	0
9	Contém a íntegra dos contratos?	0,2
10	Contém os licenciamentos ambientais (quando aplicável)?	0
11	Contém relatório de impactos sociais?	0
12	Contém relatório de impactos ambientais?	0
13	Contém o cronograma físico-financeiro e seu acompanhamento?	0,4
14	Contém os relatórios e/ou medições das obras/projetos?	0,4
15	Contém os aditivos efetuados?	0
16	Contém a justificativa dos aditivos?	0
17	Contém o relatório de reequilíbrios econômico-financeiros?	0
18	Contém o “Orçamento Copa” (identificação no PPA e Orçamento de todos os gastos referentes à Copa em anexo próprio)?	0
19	Contém a relação de suplementações orçamentárias das obras da Copa?	0
20	Contém a relação de justificativa das suplementações das obras da Copa?	0
21	Contém a relação de remanejamentos orçamentários das obras da Copa?	0
22	Contém a relação de Justificativa dos remanejamentos das obras da Copa?	0
23	É possível visualizar a situação de execução de cada rubrica orçamentária relativa a Copa a partir do portal de transparência? (relação de empenhos / explicitação do gasto / liquidação / ordem de pagamento com identificação do credor - cnpj/cpf)	0
24	A partir da relação de todas as obras/ações da Copa é possível visualizar a situação de execução de cada rubrica orçamentária? (explicitação do gasto / empenho / liquidação/ identificação do credor (cnpj/cpf)	0
25	Contém relação das operações de crédito / endividamentos – apresentação de todas as operações, de forma detalhada?	0
26	Contém relação de renúncia fiscal – apresentação de formas, valores, beneficiários e condições de renúncia ou estímulos fiscais?	0
27	Explicita a origem dos recursos utilizados?	0,4
28	Concentra todos os dados e consultas em um mesmo site?	0
29	É fornecido um número de protocolo imediatamente nas solicitações?	0
30	O número de protocolo permite o acompanhamento posterior da solicitação?	0

Relatório GTT - Transparência Ativa

FUNDADOR
JoãoGoulart



31	Contém FAQ?	0,2
32	Contém tutorial/manuais para uso do site?	0,2
33	Possui ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão?	0
34	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	0
35	Informa se há atualização com no máximo sete dias?	0
36	Tem acessibilidade para pessoas com deficiência?	0,966
37	Fornecer imediatamente cópias de informações e bases de dados exigíveis (bloco conteúdo)?	0
38	O local dispõe de computador para acesso a informações com apoio?	0
39	O telefone é gratuito?	0
40	O tempo de espera em linha após ser atendido é inferior a um minuto?	0
41	Foi realizada pelo menos uma audiência pública para cada obra da Copa?	0,2
42	As atas e documentos foram publicados?	0
43	A participação da sociedade civil está registrada em ata?	0
44	O ouvidor possui mandato?	0
45	Divulga relatórios mensais com solicitações recebidas e resultados?	0
46	É fornecido imediatamente um número de protocolo nas solicitações?	0,5

Os sites e informações apontados não foram validados completamente porque não foram encontrados o site de Brasília e do Rio de Janeiro.

Considerando que o Instituto avaliou o aspecto de transparência de um projeto e não da transparência do Município como um todo podemos destacar os pontos não atendidos abaixo como aspectos a apresentar como forma de melhoria para a transparência do Rio de Janeiro:

- ✓ Relação de obras, compras e contratos em andamento.
- ✓ Editais de licitações completos.
- ✓ Cronograma físico-financeiro e seu acompanhamento.
- ✓ Relatórios e/ou medições das obras/projetos.
- ✓ Situação de execução de cada rubrica orçamentária a partir do portal de transparência (relação de empenhos / explicitação do gasto / liquidação / ordem de pagamento com identificação do credor - cnpj/cpf).
- ✓ Relação das operações de crédito / endividamentos – apresentação de todas as operações, de forma detalhada.
- ✓ Telefone gratuito.
- ✓ Relatórios mensais com solicitações recebidas e resultados.
- ✓ Número de protocolo nas solicitações.
- ✓ Licenciamentos ambientais (quando aplicável).

- ✓ Relatório de impactos sociais (quando aplicável).
- ✓ Relatório de impactos ambientais (quando aplicável).
- ✓ Informações de aditivos efetuados.
- ✓ Justificativa dos aditivos.
- ✓ Relatório de reequilíbrios econômico-financeiros.
- ✓ Origem dos recursos utilizados.
- ✓ Concentrar todos os dados e consultas em um mesmo site.
- ✓ FAQ.
- ✓ Tutorial/manuais para uso do site.
- ✓ As atas e documentos foram publicados.
- ✓ A participação da sociedade civil registrada.

4 – Modelo de Acompanhamento dos questionamentos dos cidadãos via transparência passiva (Fale Conosco, 1746 e Ouvidoria), que possa melhorar a transparência ativa.

4.1 - Modelo Fale Conosco Rio Transparente

Prezado Usuário

O Portal Rio Transparente tem por objetivo a divulgação de informações exclusivamente sobre a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESA, FAVORECIDOS E CONTRATAÇÕES dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal.

FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO - FALE CONOSCO - RIO TRANSPARENTE

NOME:(*)

EMAIL(*)

CIDADE:

UF:

PAÍS:

ÁREA DE ATUAÇÃO:

INSTITUIÇÃO/EMPRESA:

ASSUNTO:

MENSAGEM:(*)

(*) Preenchimento obrigatório.

Digite os caracteres da imagem abaixo:



Trocar Imagem

Enviar

“Se necessitar esclarecer dúvidas, obter orientação sobre como navegar e consultar as informações disponíveis no Portal, selecione o tema de seu interesse em Perguntas Frequentes, ou acesse o Manual de Navegação, que orienta, de forma rápida e simples como encontrar as informações desejadas.

Caso a solicitação seja relacionada a informações sobre os serviços municipais, o canal apropriado é a central de atendimento 1746 pelo portal www.1746.rio.gov.br, com funcionamento a qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados, 24 horas. Caso a solicitação seja relacionada à Lei de Acesso a Informação e regras de condutas dos agentes públicos da Prefeitura do Rio, clique aqui para entrar em contato com o canal apropriado é o Portal www.transparenciacarioca.rio.gov.br

Se desejar enviar sugestões, elogios ou críticas sobre assuntos relacionados a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESA, FAVORECIDOS E CONTRATAÇÕES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES MUNICIPAIS, ou ainda sobre o funcionamento do Portal Rio Transparente, clique aqui para entrar em contato com a equipe da Controladoria Geral do Município - CGM.”

4.2 - Modelo 1746

Sua Solicitação Principal Sobre Notícias Fotos e Vídeos Boletim Estatísticas

Olá. Seja bem-vindo. Faça agora a sua solicitação.

Hoje estes são os serviços mais solicitados pelo cidadão. Se a sua solicitação for alguma destas, basta clicar no botão do serviço desejado.

- Remoção de Entulho
- Estacionamento Irregular
- Iluminação Pública
- Controle de Roedores
- Reparo de Buracos na Pavimentação
- Limpeza de Logradouro
- Sinais de Trânsito com Defeito
- Fiscalização de Táxis, Ônibus e Vans
- Lei de Acesso a Informação
- Denúncias
- OUTRA SOLICITAÇÃO**

Serviço Solicitado
Outra Solicitação

Nome Sobrenome

Celular E-Mail

Endereço da solicitação
Exemplo: Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova

Descrição da sua solicitação
Exemplo: Solicito a remoção de 10 sacos de entulho na minha residência.

Digite o texto de confirmação exibido na imagem abaixo

4.3 - Modelo Ouvidoria

Aqui você participa da administração da Cidade do Rio.

OUVIDORIA

Faça suas sugestões, comentários e reclamações

A Ouvidoria é a segunda instância de relacionamento entre a Prefeitura e o cidadão. Destina-se a receber reclamações de solicitações dirigidas à Prefeitura, mas que não foram realizadas no prazo ou com a qualidade desejada.

O primeiro passo para solicitar informações e serviços municipais é recorrer à Central de Atendimento 1746, por telefone ou pelo portal www.1746.rio.gov.br, com funcionamento a qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados, 24 horas.

CADASTRO DE SOLICITAÇÃO

Informe o assunto e o protocolo de serviço que foi fornecido pela Central de atendimento 1746. (RIO-999999-9)

Reclamação Elogio Sugestão Crítica

Assunto:

Selecione...

Alvará Já

Árvore-Poda e Remoção

Assistência Social

Auditorias / Contas públicas

Cet-Rio - Engenharia de tráfego

Cidade das Artes

Ciência e Tecnologia

Comércio Ambulante/Feira

Concursos públicos

Conservação de vias

Coordenação

Enviar

CONSULTA

Verifique se o seu protocolo possui o código RIO. Se possuir, ele deve ser informado. Ex.: RIO-12345-6.

Protocolo:

Enviar

Copyright © 2003 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova CEP: 20211-110

Para melhoria da transparência ativa, sugere-se que os canais de comunicação:

- ✓ Tenham um padrão único;
- ✓ Inclusão de item para recebimento de sugestões;
- ✓ Prazo para análise e retorno ao gestor do portal de TA; e
- ✓ Criação de envelope de avaliação sobre o conteúdo / navegabilidade da informação.

5 – Sugestões para a melhoria da Transparência Ativa do Município do Rio de Janeiro.

O objetivo é que este trabalho possa contribuir para a melhoria da Transparência Ativa, e que no futuro o cidadão conte com um novo Portal da Transparência idealizado para facilitar o acesso às informações sobre recursos e políticas públicas, serviços etc. propiciando maior controle social.

Após a observação dos sites de mais de 20 entes federativos, a identificação de critérios utilizados por entidades avaliadoras, e a percepção dos integrantes do grupo descrevemos as sugestões para implementações por temas e tendo por foco os Portais Transparência Carioca e RioTransparente, uma vez que o Transparência Olímpica, tem característica temporária e os demais portais citados não se destinam direta e exclusivamente a transparência. Ao final, é apresentado um quadro resumo das principais sugestões que surgiram ao longo da elaboração do presente trabalho, identificando onde devem ser implementadas.

Por fim, sugerimos que este trabalho seja disponibilizado para a Secretaria Municipal da Casa Civil, gestora do portal Transparência Carioca, para a Empresa Municipal de Informática-Iplanrio para conhecimento principalmente quanto às questões de *layout* e acessibilidade e, para a Controladoria Geral do Município, patrocinadora e responsável pela gestão do RioTransparente.

5.1 - Apresentação do Portal

- **Layout unificado** - transmitindo uma ideia de unidade entre os portais e links que apresentam informações sobre transparência, atualmente os dois principais portais Transparência Carioca e RioTransparente têm aparências totalmente diferentes, assim como Transparência Olímpica, o Carioca Digital, o Portal de Compras, da SMF (LOA/LDO/PPA), da CGM (LRF, Prestação de Contas), entre outros. O importante, é que todos os portais e links de consultas tenham interfaces idênticas aparentando uma unicidade, uma identidade visual. É item de avaliação do Contas Abertas e Ethos.
- **Manual de navegação, perguntas frequentes (FAQ), glossário e fale conosco** - presentes apenas no RioTransparente, é necessário a disponibilização no Transparência Carioca, sempre com o mesmo padrão. A consideração de boas práticas e obrigatoriedade legal (FAQ) na apresentação do portal é fundamental para a "acolhida" do usuário. São exemplos positivos: Florianópolis (Conheça o Portal, glossário e perguntas frequentes destacados), Recife (Sobre o Portal e enquete), Curitiba (O Portal), João Pessoa (Ajuda) e São Paulo-capital (Entenda o Portal). É item de avaliação do Contas Abertas e Ethos.
- **Menu completo e destaques** - apresentação completa de todas as informações num Menu Superior ou Lateral, com Destaque na página principal para algumas das principais informações, e as últimas atualizações. Atualmente nem o Transparência Carioca, nem o RioTransparente apresentam este modelo.
- **Acessibilidade** - embora as opções de acessibilidade presentes no RioTransparente não sejam completas, não existe nenhum tratamento de acessibilidade no Transparência Carioca, mesmo sendo obrigatório legalmente. De forma geral, não foram identificados, nos portais de transparência recursos efetivos de acessibilidade para deficiências visual ou auditiva completas, sendo tipicamente oferecidas apenas alterações do tamanho das letras e de contraste, pode vir a ser um diferencial para a PCRJ a implantação de soluções mais sofisticadas, como a oferta de áudio e de narrativas em libras, devendo se observar o Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES) e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). O portal do Espírito Santo possibilita alterar tamanho da fonte e contraste, cita leitor de tela e, tem explicação das opções existentes e atalhos. É critério de avaliação do Contas Abertas, Inesc e Ethos.

- **Série histórica** - manter no RioTransparente e Transparência Carioca, 10 anos como padrão mínimo para as informações da execução orçamentária, LOA, LDO e PPA, entre outros disponibilizados. É item de avaliação do Contas Abertas.
- **Delimitação temporal** - na maioria das consultas do RioTransparente, existe a possibilidade de consultas bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais, além de “até o mês”. A sugestão é que sempre permitam a escolha “De início e Fim da pesquisa”. Exemplo: portal de Pernambuco, Recife (consulta detalhada), Espírito Santo. É item de avaliação do Contas Abertas.
- **Objetividade das consultas** - No RioTransparente, criar opção ou rever atuais para reduzir número de cliques para o usuário chegar ao formulário mais completo. A falta de um menu e Mapa do site no Transparência Carioca dificulta o conhecimento pelo cidadão das informações existentes e onde podem ser encontradas. É item de avaliação do Contas Abertas.
- **Ferramenta de pesquisa** - existe no RioTransparente, mas pode ser aprimorado e deve ser disponibilizado no Transparência Carioca. É item de avaliação do Enclla e Contas Abertas.
- **Atualização de dados** - presente no RioTransparente a data da última atualização dos dados, assim como a origem dos dados, mas não no Transparência Carioca. É legalmente obrigatório e deve ser incluído para as informações pertinentes, bem como origem dos dados, e incluído junto a um Mapa do Site. É item de avaliação do Contas Abertas e Inesc.
- **Acesso não discriminatório, formato não proprietário e livre de licença** - os acessos não necessitam de identificação e em sua maioria são disponibilizados em formatos abertos, entretanto é necessário incluir identificação explícita relativa à liberdade de uso dos dados tanto no RioTransparente como no Transparência Carioca. Itens avaliados pelo Inesc.
- **Gráficos** - repensar a apresentação no RioTransparente tendo por inspiração os portais de Espírito Santo (interativo), João Pessoa (destacado), São Paulo e São Paulo-capital. É item avaliado pelo Contas Abertas.

- **Links Úteis** - É item avaliado pelo Contas Abertas, sugere-se disponibilizar no Transparência Carioca links para:
 - ✓ Portais de transparência do Governo Federal, CGU, STN, Estado, TCM e CM (ex: Fortaleza, João Pessoa, Recife);
 - ✓ Serviços - link ou área de destaque para o Carioca Digital (ex: Manaus, Pernambuco, Recife, e Vitória);
 - ✓ Diário Oficial - link ou área de destaque (ex: Belém, Curitiba, Espírito Santo, Maceió, Manaus, Niterói, Porto Alegre, Recife e Santo André), no Transparência Carioca tem link em Acesso a Documentos Públicos, mas deveria ser destaque;
 - ✓ Concursos municipais (Belo Horizonte e Porto Alegre);
 - ✓ Entidades Avaliadoras (João Pessoa).

5.2 - Conteúdo Legal

- **Contratos** - Exemplos: Distrito Federal, Florianópolis, João Pessoa (inclui extrato dos contratos), Porto Alegre e Recife. É item avaliado pela FGV-SP, Contas Abertas e Ethos.
 - Sugestão: RioTransparente - criar consulta com parâmetros por programa de trabalho e natureza de despesa (avaliação do Contas Abertas).
- **Convênios/Transferências Recebidas e Repasses** - Exemplos: Apiúna, Distrito Federal, Espírito Santo, Florianópolis, Pernambuco e Santo André. É item avaliado pela FGV-SP, Contas Abertas e Ethos.
 - Sugestão: RioTransparente - criar consulta com parâmetros por transferências recebidas da União, Estado e repasses para entidades privadas.
- **Despesas** - Dec 7185/2010, art. 7º, I, c - cita que deve ser disponibilizada a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos. Exemplos: Pernambuco, Recife, São Paulo-capital e Vitória. É item de avaliação do Enclla (empenho, liquidação, pagamento, favorecido); FGV-SP (relatórios exec orçamentária); Contas Abertas (dotação inicial, autorizado, empenhado, liquidado, pago, RPpago, RP a pagar; institucional, funcional programática, natureza de despesa, nota de empenho, ordem bancária e beneficiário do pagamento), Inesc e Ethos.
 - Sugestão: RioTransparente - criar consultas por função/subfunção e natureza da despesa, com opção de escolha livre e consulta numa linguagem mais didática

para o cidadão. Rever consulta a favorecidos (ver avaliação do Contas Abertas). Apresentar informações de RP a pagar.

- **Licitações** - Lei 131/2009, art. 1º e Lei 12527/2011, art. 8º, 1º, I - cita a disponibilização dos procedimentos licitatórios, das dispensas e inexigibilidades, nº do processo, editais. Exemplos: Curitiba (procedimentos licitatórios realizados, em andamento e as justificativas de contratações diretas), Florianópolis (processos licitatórios por diversos parâmetros e impressão de editais), João Pessoa (por comissão, modalidade, e possibilita *download* dos documentos), Recife (avisos, em andamento, concluídas, atas de Registro de Preços, dispensas/inexigibilidades; fornecedores; legislação) e Distrito Federal (por status, por modalidade, resultado das licitações, editais). Avaliado pelo Enclla (Íntegra dos editais de licitação e contratos, resultado, dados de procedimentos licitatórios - modalidade, data, valor, numero, ano, objeto); FGV-SP (relatórios gastos com licitações e contratos); Contas Abertas (conteúdo, procedimentos licitatórios, com dados da execução orçamentária), o Rio de Janeiro perdeu pontos pela inexistência de informações dos lances; e Ethos.
 - Sugestão: Transparência Carioca - incluir alguns links diretos para as consultas no portal de Compras (que deve ter o mesmo layout do portal de Transparência, periodicidade de atualização, acessibilidade, mapa do site, fale conosco), segregando Editais/Registro de Preços/Pregões; Sanções; Catálogo de Materiais e Serviços. etc. Avaliar a possibilidade de segregação por status (em andamento, concluídas) e modalidade com *download* de documentos (editais, extratos e outros). Incluir link para as tabelas de preços referenciais no *site* da CGM.
- **Limites Legais** - Lei 101/2000, art. 48, 53 e 54 - cita a disponibilização dos Relatórios da LRF, RREO e RGF. Exemplos: Florianópolis (é link, mas tem o mesmo *layout*), já Apiúna, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Maceió, Niterói, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal permitem *download* direto no portal. Avaliado pelo Enclla, FGV-SP e Contas Abertas.
 - Sugestão: Transparência Carioca - tem informações da LRF, mas sugere-se criar um destaque, incluir uma explicação básica (ex: Salvador). Uma melhoria seria criar área no próprio portal de Transparência com filtros para download direto dos relatórios por ano, período e tipo para facilitar a consulta pelos usuários ou pelo menos, reorganizar a disposição no site da CGM, que é o link para o Portal tirando a periodicidade bimestral e quadrimestral e focando no tipo de relatório independente do período.

- **Obras** - Lei 12527/2011, art. 8º, § 1º,V - cita a disponibilização de dados gerais para o acompanhamento de obras. Exemplos: Espírito Santo (informações gerais), Vitória (link para o TCE). Avaliado pelo Ethos.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área com informações dos principais projetos e obras previstos e em andamento, que poderia ter por fonte o SISCOB. com filtros por área, situação, que facilitem a consulta pelos usuários.
- **Orçamento** - Lei 101/2000, art. 48, 49 e 50. Exemplos: São Paulo-capital (explicação sobre os instrumentos orçamentários e vídeo entendendo o PPA, LDO e Orçamento, documentos disponíveis em DOC e PDF, e base de dados em XLS). Avaliado pelo Contas Abertas.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área com informações bem didáticas referentes aos instrumentos orçamentários.
- **Organizações Sociais** - Lei 12527/2011, art. 2º - cita que aplicam-se no que couber as disposição da lei. Ver Barueri, Porto Alegre, São Paulo-capital.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar destaque para a prestação de contas das Organizações Sociais com filtros por área, entidade, exercício etc.
- **Organogramas e Competências** - Lei 12527/2011, art. 8º, § 1º, I e Dec 35606/2012, art. 3º, § 1º, I - citam a disponibilização das competências e estrutura, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público. Exemplo: João Pessoa (referência a legislação que criou ou regulamentou, permite baixar o organograma, tem endereço, telefone , horário de atendimento e competências). Avaliado pelo Enclla.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área destaque para a disponibilização destas informações.
- **Prestação de Contas** - Lei 101/2000, art. 52 - cita a disponibilização do Parecer Prévio (não encontrado em nenhum dos Portais) e Lei 12.527/2011art. 7º, VII, b - cita a disponibilização do resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas. Exemplos: Distrito Federal e Salvador (audiências públicas). Avaliado pelo Enclla.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área de destaque para Prestação de Contas e disponibilizar além das informações já existentes, os Pareceres Prévios

do TCMRJ e a relação das auditorias, ambos disponíveis no *site* da CGM, além dos relatórios de audiência pública e link para o *site* do TCMRJ.

- **Receitas** - Lei 131/2009, art. 1º - cita a disponibilização do lançamento, quando for o caso, e recebimento de recursos extraordinários (não identificado em nenhum dos portais pesquisados). Exemplos: Florianópolis, Pernambuco, Recife e São Paulo-capital. Avaliado pelo Enclla (RJ não pontuou), FGV-SP, Contas Abertas e Inesc.
 - Sugestão: RioTransparente - disponibilizar o lançamento, caso seja registrado contabilmente e avaliar melhor forma de disponibilizar os recursos extra-orçamentários (ver Apiúna e Curitiba). Criar consulta livre e consulta numa linguagem mais didática para o cidadão.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área de destaque para evidenciar a arrecadação municipal (atualmente está inclusa no link sobre execução orçamentária).

- **Resultados dos programas, projetos e ações** - Lei 12527/2011, art. 8º, § 1º,V e Dec 35606/2012, art. 3º, § 1º, V citam a disponibilização de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos de órgãos e entidades. Exemplos: Belo Horizonte (metas e resultados), Porto Alegre (portal de Gestão, mas precisa de senha), São Paulo-capital (programa de metas, plano diretor). É item avaliado pelo Ethos.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área com informações das principais metas e indicadores propostos. Atualmente é disponibilizado apenas o acordo de resultados, mas não seu resultado. Sugere-se disponibilização de dados físicos.

- **Relatório estatístico dos pedidos de informações atendidos e indeferidos** - Lei 12.527/2011,art. 30, III. Exemplos: Curitiba, João Pessoa, São Paulo-capital, Vitória. Avaliado pelo Enclla e Ethos.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área destaque para a disponibilização destas informações juntamente com as demais relacionadas ao SIC.

- **SIC físico e eletrônico (LAI)** - Lei 12.527/2011, art. 9º e 10º. Exemplos: Apiúna, Curitiba, Pernambuco, Recife, São Paulo-capital, e Vitória. É item avaliado pelo Enclla, Contas Abertas e Ethos

- Sugestão: Transparência Carioca - criar área destaque LAI identificando claramente a existência do SIC físico, o órgão, endereço, telefone e horário de funcionamento, destacando que o 1746 equivale ao E-SIC e a possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação.
- **Servidores** - Lei 131/2009. Apúina (funcionários cedidos, ativos, efetivos, lotação e diversos filtros para consulta), Belém (lista de funcionários com salários), Curitiba, Distrito Federal, Espírito Santo (por órgão e vínculo, em atividades, aposentados, pensionistas, desligados, tabela de cargos, pagamentos bloqueados), Florianópolis (consultas detalhadas por funcionários e gerais), Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Manaus, Pernambuco, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Vitória. É item de avaliação do Contas Abertas e de boas práticas do Encla.
 - Sugestão: Transparência Carioca - incluir escala dos profissionais de Saúde, da lotação dos funcionários, dos cedidos, etc.

5.3 - Conteúdo Temático

- **Bens Móveis/Imóveis (Patrimônio)** - é apresentado nos portais de Curitiba (por ano, mês), Distrito Federal (por órgão, localização), Espírito Santo, Pernambuco (relatórios em imagem), São Gonçalo (não funciona) e Vitória. Avaliado pelo Contas Abertas.
 - Sugestão: Transparência Carioca: criar área Patrimônio, com informações dos Bens Móveis e Imóveis (ver Curitiba e Distrito Federal).
- **Diárias/Passagens** - Curitiba, Distrito Federal, Espírito Santo, Florianópolis, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre e Recife, apresentam essas informações, sendo bons exemplos Curitiba, Distrito Federal e João Pessoa, alguns como destaque na tela inicial. É considerado como boas práticas pela Encla.
 - Sugestão: RioTransparente - apresentar informações existentes na execução orçamentária: nome e matrícula do beneficiário, data, destino, órgão, nº processo de liquidação, e o valor. Posteriormente, incluir justificativa da viagem.
- **Dívida Pública** - Espírito Santo (informações gerais, consolidada e por contrato), Manaus (demonstrativo do saldo devedor da dívida contratual, parcelamentos de contribuições previdenciárias e PASEP e demonstrativo das operações de crédito interno/externa), Recife (relação dos contratos dívida fundada) e Salvador (relação dos contratos dívida fundada e

flutuante) apresentam essas informações, sempre em relatórios no formato de imagens, algumas vezes em destaque nos Portais. Avaliado pela FGV-SP e Ethos.

- Sugestão: Transparência Carioca - avaliar a disponibilização de arquivo mensal contendo a relação dos contratos, com saldo devedor, valores amortizados, vencimentos e mais detalhes, além das disponibilizados nos relatórios da LRF.
- **Empresas inidôneas/suspensas** - Distrito Federal (filtros por exercício, CNPJ da empresa, nome ou razão social, tipo de sanção, órgão sancionador), Espírito Santo (pesquisa por: CNPJ, Razão Social e Tipo de Sanção), São Paulo-capital (consulta por CNPJ) e Vitória (descrição, data penalidade, duração, multa, início e término da suspensão, CNPJ, histórico), apresentam, sendo alguns em destaque e com link para o CEIS.
 - Sugestão: Transparência Carioca - apresentar as sanções administrativas, com explicação do que representam e opção de consulta por CNPJ/Razão Social, tipo de sanção, data de penalidade, valor da multa, início e término da suspensão. Estas informações podem ser buscadas do SIGMA, e incluído link para o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (*site da CGU*).
- **Legislação** - Distrito Federal (Federal, Distrital, do Portal, Servidores, Compras, Convênios, Responsabilidade Fiscal, Planejamento/Orçamento, Patrimônio Público e Receitas Públicas, segue a lógica do menu superior, mas não possibilita a consultas gerais), Florianópolis (Transparência Federal e Municipal, Leis Orçamentárias, Plano Diretor e Consulta a outras legislações municipais, link para Lei Orgânica, Códito Tributário, de Posturas, de Obras, Plano Diretor, Cargos da Educação, Zonamento e Estatutuo) e Porto Alegre (Transparência, Orçamentária; Lei Orgânica e Plano Diretor; permite consultar as demais legislações). Avaliado pela FGV-SP e Ethos.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar área destacada e alterar de nº do decreto para temas, dentre os quais segregar: Transparência, Tributária, Lei Orgânica, Plano Diretor, CAF e RGCAF, Responsabilidade Fiscal. Outra sugestão é destacar de acordo com o menu principal. Incluir link de consulta para outras legislações municipais, estaduais e federais.
- **Participação Social** - Exemplos: Fortaleza, João Pessoa e Porto Alegre.
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar destaque para Orçamento Participativo.

- **Plano de Governo** - Barueri (plano municipal para criança e adolescente), Curitiba (plano de governo), Fortaleza (plano diretor), Espírito Santo (planejamento estratégico), João Pessoa (plano diretor), Niterói (plano de assistência social), Porto Alegre, Salvador (planejamento), Santo André, São Gonçalo (plano diretor).
 - Sugestão: Transparência Carioca - criar destaque para Planejamento Estratégico e Plano Diretor.

- **Precatórios** - Santo André (*link* para Tribunal de Justiça do Estado SP), São Paulo (relatório de precatórios, pode consultar o processo de precatório e o cálculo mensal), Vitória (valores pagos, pendentes e inscritos - Posição estática anual), Pernambuco (execução orçamentária). É item de avaliação da FGV-SP.
 - Sugestão: Transparência Carioca - avaliar disponibilização dos processos, situação e/ou *link* para o TJ.

- **Publicidade** - Barueri, Curitiba, São Paulo (consolidado e detalhado, destacando campanha e veículo), Vitória (relatório dos contratos do mês, sem histórico) e Distrito Federal (relatórios gerenciais, por trimestre com link para publicação no DO).
 - Sugestão: RioTransparente - criar uma área temática ou apresentar em despesas, inicialmente informações na execução orçamentária.

Obs1: Identificamos temas, que tiveram destaque apenas em portais isolados, como por exemplo:

- **Desapropriação** - Vitória (processo, finalidade, vr pago, etapa, inscrição imobiliária e bairro);
- **Estoques** - Curitiba (explicação, consulta por órgão; mês; ano - porém não funcionou).

5.4 - Tabela Resumo - Melhorias

Apresenta-se a seguir, um resumo com as **36** sugestões resultantes deste trabalho, identificando se foram consideradas por entidade avaliadora, quantos entes as apresentam, e onde entende-se pertinente sua evidenciação. Como resultado foram identificadas **28** sugestões para o Transparência Carioca e **14** para o RioTransparente, entretanto ressalta-se que algumas dependem de aplicação em ambos os sites.

Relatório GTT - Transparência Ativa

FUNDADOR
JoãoGoulart



Sugestões		Item avaliado	Entes que apresentam	Transparência Carioca	Rio Transparente
Apresentação do Portal					
1	Acesso não discriminatório, formato não proprietário e livres de licença	I	20	X	X
2	Layout unificado	CA, H	18	X	X
3	Manual de navegação, FAQ, glossário, fale conosco	CA, H	17	X	
4	Links úteis	-	16	X	
5	Menu completo e destaques	-	15	X	X
6	Atualização de dados e data da atualização	CA, I	14	X	
8	Ferramenta de pesquisa de conteúdo	E, CA	9	X	
9	Acessibilidade	CA, I, H	8	X	
10	Objetividade das consultas/consulta livre	CA	8	X	X
11	Gráficos	CA	7		X
12	Série histórica - 10 anos	CA	4		X
Conteúdo Legal					
13	Despesas	E, F, CA, I, H	23		X
14	Limites Legais	E, F, CA	21	X	
15	Receitas	E, F, CA, I	21	X	X
16	Licitações	E, F, CA, H	21	X	
17	Prestação de Contas	E	20	X	
18	Contratos	F, CA, H	16		X
19	Orçamento	CA	16	X	
20	Convênios/Transferências e Repasses	F, CA, H	15		X
21	SIC físico e eletrônico (LAI)	E, CA, H	14	X	
22	Organogramas e Competências	E	12	X	
23	Resultados dos programas, projetos e ações	C	11	X	
24	Relatório estatístico - quantidade de pedidos atendidos e indeferidos	E, H	8	X	
25	Organizações Sociais	-	6	X	X
26	Servidores	E, CA	5	X	
27	Obras (status, cronograma...)	H	1	X	
Conteúdo Temático					
28	Legislação	F, H	16	X	
29	Plano de Governo	-	11	X	
30	Diárias/Passagens	E	8		X
31	Bens Móveis/Imóveis (Patrimônio)	CA	5	X	
32	Empresas inidôneas/suspensas -PCRJ e CEIS	-	5	X	
33	Participação Social	-	5	X	
34	Precatórios	F	5	X	
35	Dívida Pública	F, H	4	X	
36	Publicidade	-	4		X

Obs.: Enclla (E), FGV-SP, (F), Contas Abertas (CA), INESC (I), Ethos (H).